



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

2012

13
D

3ª CÂMARA CÍVEL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0110649-2/01

EMBARGANTE: ANTÔNIO ILDEFONSO VIDAL MILITÃO.

EMBARGADO: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A.

RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

ACÓRDÃO N.º 128/2010

5718
- Análise -

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO, CONTRADIÇÃO OU OBSCURIDADE. RECURSO CONHECIDO, MAS REJEITADO NO MÉRITO. 1. Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição, bem como quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou o tribunal. 2. Não há vício embargável no acórdão que analisa, de forma clara, a questão posta sob julgamento, apresentando os motivos por que não acolhida a pretensão manifestada. 3. De acordo com o acórdão proferido por esta Câmara Cível, explícita e bem delineada encontra-se a matéria remetida à apreciação da Corte. In casu, não existe o preenchimento dos requisitos do art. 535 do digesto processual invocado. Embargos rejeitados.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos, em que figuram as partes acima relacionadas, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores do Terceira Câmara Cível do Egrégio Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, na forma do relatório e votos constantes das notas taquigráficas a seguir, à unanimidade, em rejeitar os embargos declaratórios, nos termos do voto do Relator.

Recife, 13 de maio de 2010.


Desembargador Milton José Neves
Relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

202 14 8

3.ª CÂMARA CÍVEL - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 0110649-2/01

EMBARGANTE: ANTÔNIO ILDEFONSO VIDAL MILITÃO.

EMBARGADO: BANCO DO NORDESTE DO BRASIL S/A.

RELATOR: DESEMBARGADOR MILTON JOSÉ NEVES

RELATÓRIO

Cuida-se de embargos de declaração voltados contra acórdão desta Câmara que, à unanimidade de votos, deu provimento ao agravo interposto pelo ora embargado.

O embargante alega omissão no acórdão, que não teria se pronunciado sobre a decisão do STF na Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 3.395-DF, que "*afastou a competência da Justiça do Trabalho para conhecer, processar e julgar as demandas envolvendo relações estatutárias e de caráter jurídico-administrativo entre funcionários e pessoas jurídicas de Direito Público, ao dar nova interpretação ao art. 114 da Constituição Federal*", argumentando, ainda, que "*É verdade que o Banco do Nordeste é uma sociedade de economia mista, mas a União Federal é detentora da maioria das ações da empresa, o que a equipara a pessoa jurídica de Direito Público.*"

Requer, ao final, o provimento dos aclaratórios, a fim de sanar a omissão apontada.

É o relatório.





PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

VOTO

Ementa: Embargos de declaração em agravo de instrumento. Ausência de omissão, contradição ou obscuridade. Recurso conhecido, mas rejeitado no mérito. 1. Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição, bem como quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou o tribunal. 2. Não há vício embargável no acórdão que analisa, de forma clara, a questão posta sob julgamento, apresentando os motivos por que não acolhida a pretensão manifestada. 3. De acordo com o acórdão proferido por esta Câmara Cível, explícita e bem delineada encontra-se a matéria remetida à apreciação da Corte. *In casu*, não existe o preenchimento dos requisitos do art. 535 do digesto processual invocado. Embargos rejeitados.

Nos termos do art. 535 do Código de Processo Civil, cabem embargos de declaração quando houver, na sentença ou no acórdão, obscuridade ou contradição, bem como quando for omitido ponto sobre o qual devia pronunciar-se o juiz ou o tribunal.

Em torno da matéria, o Colendo Superior Tribunal de Justiça, ao apreciar o Agravo Regimental n.º 169.073/SP, 1.ª Turma, Relator Min. José Delgado, DJ 17.08.98, decidiu que:

É entendimento assente de nossa jurisprudência que o órgão judicial, para expressar a sua convicção, não precisa aduzir comentários sobre todos os argumentos levantados pelas partes. Sua fundamentação pode ser sucinta, pronunciando-se acerca do motivo, que, por si só, achou suficiente para a composição do litígio.

Logo, não há vício embargável no acórdão que analisa, de forma clara, a questão posta sob julgamento, apresentando os motivos por que não acolhida a pretensão manifestada pela parte.

Passo, então, a analisar se o acórdão, ora vergastado, padece de algum dos



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

vícios que autorizam a oposição dos embargos. Eis os termos do julgado combatido:

Ementa: AGRADO DE INSTRUMENTO. SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. DEMISSÃO DE EMPREGADO ADMITIDO POR CONCURSO PÚBLICO. REGIME CELETISTA. INCOMPETÊNCIA ABSOLUTA DA JUSTIÇA ESTADUAL PARA DIRIMIR A LIDE POSTA EM JULGAMENTO. QUESTÕES RELACIONADAS À JUSTIÇA DO TRABALHO. AGRADO PROVIDO, ANULANDO-SE O ATO DECISÓRIO IMPUGNADO, COM A DETERMINAÇÃO DE REMESSA DO FEITO À JUSTIÇA COMPETENTE.

Em suas razões recursais, sustenta a instituição financeira, ora agravante, a incompetência absoluta da Justiça Estadual para dirimir a lide trabalhista em questão.

Perlustrando os autos, verifico que o agravado foi admitido nos quadros da agravante, sociedade de economia mista, mediante concurso público, sendo que a relação jurídica laboral estabelecida entre as partes está sob a égide do regime celetista.

O recorrido aduz, em contrarrazões, que apesar de a instituição bancária ser uma sociedade de economia mista, deve receber o mesmo tratamento de autarquias de direito público, bem como os seus funcionários devem ser considerados servidores públicos civis, independentemente do fato de os contratos de trabalho terem sido registrados sob a regência da Consolidação das Leis do Trabalho.

Contudo, entendo que tal argumentação não merece prosperar. Senão vejamos.

O fato de o agravado ter ingressado no quadro de funcionários da empresa agravante, com a devida aprovação em concurso, apenas põe em cumprimento a exigência moralizadora prevista no art. 37, II, da nossa Carta Magna, e isto, por si só, não é capaz de determinar o regime jurídico a que estará submetido o trabalhador, que tanto pode vir a ser estatutário como celetista.



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

205
12
8

O art. 173, § 1º, II, da Constituição Federal, prevê que "A lei estabelecerá estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias que explorem atividade econômica de produção ou de comercialização de bens ou de prestação de serviços, dispondo sobre: I) (...); II) a sujeição ao regime jurídico próprio das empresas privadas, inclusive quanto aos direitos e obrigações civis, comerciais, trabalhistas e tributários."

Verifica-se que às sociedades de economia mista são aplicáveis as mesmas regras da atividade privada, por expressa disposição constitucional. Na hipótese, não há que se confundir contrato de trabalho com contrato administrativo. Os atos de direção dessas entidades não são atos administrativos, pois o ente não os exerce utilizando-se de seu poder de império. Do mesmo modo, os empregados de pessoa jurídica de direito privado, como as sociedades de economia mista, não são servidores públicos estatutários, regidos pela Lei nº 8.112/90, motivo porque as questões que dizem respeito à relação laboral devem ser apreciadas pela Justiça especializada.

É inegável que a causa tem nítida índole trabalhista, vez que o demandante visa desconstituir ato que se encontra substancialmente vinculado à relação empregatícia.

Nesse sentido, transcrevo os seguintes julgados do Colendo STJ:

Ementa: PROCESSUAL CIVIL. COMPETÊNCIA. 1. Demissão de empregado celetista pelo SERPRO - Serviço Federal de Processamento de Dados. 2. Anistia Concedida pelo Governo. 3. Relação de trabalho regida pela CLT. 4. Litígio sobre a reintegração aos empregos deve ser solucionado pela Justiça do Trabalho. 5. Recurso improvido. (RESP 511664/DF, 1ª Turma, Rel. Min. José Delgado, julgado em 24/06/2003, DJ 22/09/2003, p. 275)

Ementa: CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA. RECLAMATÓRIA TRABALHISTA. SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL. MUNICÍPIO QUE ADOTA A CLT NAS RELAÇÕES COM SEUS FUNCIONÁRIOS. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO. Compete à Justiça do



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

206
18
8

Trabalho processar e julgar ação reclamatória trabalhista proposta por funcionário público contra Município que adota, nas relações com seus servidores, as regras da Consolidação das Leis do Trabalho. Conflito conhecido. Competência do Juízo Trabalhista. (CC 34102/RS, 3ª Seção, Rel. Min. Vicente Leal, julgado em 13/02/2002, DJ 08/04/2002, p. 131).

Ementa: CONSTITUCIONAL. COMPETÊNCIA. AÇÃO POSTULATÓRIA DE REINTEGRAÇÃO EM EMPREGO PÚBLICO. NATUREZA DA PRETENSÃO. Compete à Justiça Especializada processar e julgar pedido de reintegração em emprego público e de diferenças salariais de funcionário público municipal regido pela legislação protetora do trabalho assalariado, de vez que a pretensão deduzida em juízo tem natureza nitidamente trabalhista. Conflito conhecido. Competência do Tribunal Regional do Trabalho, o suscitado. (CC 230011/SC, 3ª Seção, Rel. Min. Vicente Leal, julgado em 01107/1999, DJ 23/08/1999, p. 72).

Por outro lado, conforme se verifica dos documentos acostados (fls. 80/95), o próprio empregado, entendendo que a relação jurídica laboral havida entre as partes está regida pelas normas celetistas, intentou, anteriormente à ação em curso, reclamação trabalhista na Justiça do Trabalho de Araripina, não logrando êxito em sua pretensão.

No mais, a circunstância de averiguar a validade de ato demissional de empregado regido pela CLT não é, por si só, suficiente para atrair a competência da Justiça Estadual. Desse modo, entendo que qualquer decisão tomada por esta, a teor do pedido contido na inicial, irá afrontar a jurisdição da Justiça do Trabalho, prevista no art. 114 da Constituição Federal.

Dessa forma, é imperioso concluir que é a Justiça Especializada, e não a Justiça Estadual, a competente para apreciar a ação visando obstar a demissão de empregado público pertencente aos quadros de sociedade de economia mista, sob o regime celetista.

Por fim, sem a pretensão de adentrar no mérito da lide, apenas para demonstrar a insubsistência da antecipação da tutela, registro que a regra atinente aos contratos de trabalho firmados sob a égide da CLT é pela não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

estabilidade. Sendo forçoso concluir que a dispensa do trabalhador pelo empregador é ato potestativo, que não exige justa causa, porque, como já dito alhures, não é ato administrativo.

Para ilustrar esse entendimento, trago à colação julgado do Tribunal Superior do Trabalho, in litteris:

Ementa: MANDADO DE SEGURANÇA. TUTELA ANTECIPADA. REINTEGRAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE VEROSSIMILHANÇA DO DIREITO ALEGADO. DESNECESSIDADE DE REALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO PARA DISPENSA DE EMPREGADO DE SOCIEDADE DE ECONOMIA MISTA. Carece de base legal a ordem de reintegração no emprego em sociedade de economia mista, concedida em tutela antecipada, a qual entendia ser necessária a realização de procedimento administrativo para apuração de eventual falta cometida pelo empregado. Com efeito, o art. 173 da Constituição Federal é enfático ao equiparar as sociedades de economia mista às pessoas jurídicas de direito privado, sendo que, quanto ao Direito do Trabalho, optou-se por priorizar a indenização compensatória em detrimento da estabilidade, como forma de proteção da relação de emprego (CF, art. 7º, I). Extraí-se, portanto, do referido dispositivo constitucional, que as empresas públicas e as sociedades de economia mista devem observar, para dispensa de seus empregados, as regras estabelecidas pela CLT, não existindo no ordenamento jurídico pátrio nenhuma condição especial para a dispensa, quanto mais a necessidade de realização de procedimento administrativo para apuração de irregularidade eventualmente praticada pelo empregado. Recurso ordinário provido. (TST - ROMS nº 791.482. ANO 2001. Turma D2. Relator Ministro Ives Gandra Martins Filho).

Com tais considerações, meu voto é no sentido de reconhecer a incompetência da Justiça Estadual para apreciar e julgar a ação originária, que deverá ser encaminhada à Justiça do Trabalho de primeiro grau, sendo, desde já, declarados nulos os atos decisórios praticados, nos termos do art. 113, § 2º, do Código de Processo Civil, em antecipação da tutela recursal.

Conforme se depreende da leitura do acórdão embargado, explícita e bem delineada encontra-se a matéria remetida à apreciação da Corte. Não



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
Gabinete do Desembargador Milton José Neves

vislumbro, *in casu*, o preenchimento dos requisitos do art. 535 do digesto processual acima invocado.

Sendo assim, percebe-se que o embargante tenta rediscutir questões já decididas e devidamente fundamentadas. Entretanto, os embargos declaratórios não se prestam a esse fim, possuindo natureza meramente integrativa.

A tese do embargante veio desamparada de qualquer precedente, não demonstrando essa equiparação de sociedade de economia mista com pessoa jurídica de Direito Público só por força da maioria das ações pertencentes à União.

Em face do exposto, reputo inexistir causas de embargabilidade na decisão acoimada, meu voto é no sentido de se conhecer do recurso, rejeitando-o, todavia, no mérito.

Assim é como voto.